



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/23956.73751-06

PLANO DE TRABALHO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENADO FEDERAL

Presidente: Senador Sérgio Petecão
Vice-Presidente: Senador Jorge Kajuru

Senado Federal
2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/23956.73751-06

1. DA INTRODUÇÃO

Este Plano de Trabalho visa a balizar o funcionamento da Comissão de Segurança Pública (CSP) na avaliação da atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022, nos termos do Requerimento CSP nº 9, de 2023.

Conforme a Justificação do Requerimento em questão, “a *Constituição Federal assegura em seu texto a dignidade da pessoa humana, o devido processo legal, a razoável duração do processo e a presunção da inocência*”. Sendo assim, prossegue a Justificação, “é necessário avaliar em que medida a atuação da justiça criminal está cumprindo seu papel de defesa e preservação de direitos fundamentais, com uma justiça célere e efetiva, observando o princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal”.

Em conclusão, a Justificação alega que “o objeto da avaliação dessa política pública é fundamentalmente identificar as diversas ações aplicadas para efetivação dos direitos dos tutelados, da devida aplicação da legislação, bem como da eventual necessidade de se atualizar e modernizar o arcabouço jurídico”.

2. DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal estabelece que às comissões do Congresso Nacional e de suas respectivas Casas compete, em razão da matéria de sua competência, “apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.” (art. 58, § 2º, VI)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/23956.73751-06

Com base nesse dispositivo constitucional, o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete às comissões *“acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência” (IX)*. Ainda nos termos do RISF, caput do art. 96-B dispõe que *“no desempenho da competência prevista no inciso IX do art. 90, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”*.

Por fim, conforme o RISF, compete à Comissão de Segurança Pública, dentre outras atribuições, *“realizar pesquisas, estudos e conferências sobre as matérias de sua competência” (art. 104-F, III)*, *fiscalizar e acompanhar “programas e políticas públicas de segurança pública” (art. 104-F, V)*, bem como opinar sobre proposições relacionadas aos temas de “segurança pública”, “sistema penitenciário” e “políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social”.

Portanto, com base nessas competências constitucional e regimental, aduzimos que o trabalho da presente Comissão se restringirá à análise de dados fornecidos pelo Poder Judiciário, à oitiva dos operadores jurídicos envolvidos na justiça criminal brasileira e à realização de eventuais visitas técnicas a estabelecimentos criminais (cadeias públicas e penitenciárias) e a órgãos jurídicos criminais, com vistas à implementação de políticas públicas e/ou apresentação de proposições legislativas para aperfeiçoamento da legislação processual penal.

Sendo assim, em conclusão, é importante salientar que, no âmbito da presente Comissão, não haverá qualquer debate ou avaliação sobre a atividade jurisdicional, em especial sobre o acerto ou não de decisões jurisdicionais





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/23956.73751-06

consideradas individualmente, em obediência ao princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal).

3. DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

- envio de requerimento de informações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), solicitando, dentre outros, os seguintes dados da Justiça criminal no Brasil no período de 2017 a 2022, separados pelas cinco regiões brasileiras: i) o tempo médio de duração das investigações criminais e das ações penais até a sentença; ii) a quantidade média de ações criminais distribuídas por juiz; iii) o grau de digitalização dos processos criminais; ii) o tempo médio de julgamento dos recursos em matéria penal, especialmente o recurso de apelação; iii) a quantidade de sentenças condenatórias que são revertidas em grau recursal; iv) a quantidade de prisões processuais e medidas cautelares diversas de prisão deferidas pela Justiça criminal; e o v) o tempo médio de prisão processual do investigado ou do réu até a sentença definitiva;
- análise e produção de relatório pelo Instituto de Pesquisa DataSenado sobre os dados apresentados pelo CNJ, nos termos do § 5º do art. 96-B do RISF;
- realização de ciclo de debates sobre o processo penal brasileiro, com o intuito de colher opiniões e sugestões de todas as partes envolvidas e buscar ideias e soluções para os problemas da justiça criminal no Brasil, em especial com a oitiva de operadores do direito que atuam perante a justiça criminal (como, dentro outros,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/23956.73751-06

a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e o Ministério Público da União e dos Estados), conforme calendário de audiências públicas a ser definido pela Comissão;

- visitas técnicas a estabelecimentos criminais (cadeias públicas e penitenciárias) e órgãos jurídicos que atuam perante a Justiça criminal, para análise acerca da necessidade de aperfeiçoamento da legislação processual, especialmente no que se refere a prisões processuais e medidas cautelares diversas da prisão;
- avaliação dos caminhos e perspectivas para a construção de um processo penal que promova o cumprimento dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da presunção da inocência, do devido processo legal e da razoável duração do processo.

4. DO PLANO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Sugerimos a realização de audiências públicas, em datas a serem acordadas com os participantes e com a presença, a princípio, dos seguintes convidados e convidadas:

- representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- representante do Ministério Público da União (MPU);
- representantes dos Ministérios Públicos Estaduais;
- representante da Defensoria Pública da União (DPU);





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/23956.73751-06

- representantes das Defensorias Públicas Estaduais;
- representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe);
- representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB);
- representante da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep);
- representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Públicos (Conamp);
- representantes de órgãos de Segurança Pública dos estados e da União;
- representantes de Associações Nacionais e Estaduais que representem órgãos de Segurança Pública dos estados e da União.

5. DO CRONOGRAMA

- **Abril, maio e junho de 2023:** realização das audiências públicas e de eventuais visitas técnicas, bem como solicitação de informações e dados ao CNJ.
- **Julho de 2023:** elaboração do relatório.
- **Agosto de 2023:** apreciação do relatório na CSP.

Brasília, de abril de 2023 .





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Senador Fabiano Contarato
PT – Espírito Santo

SF/23956.73751-06

